

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

JÉSSICA MAIARA LOPES

**A INFLUÊNCIA RELIGIOSA NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL OFERECIDA EM INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR**

Florianópolis, agosto de 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

JÉSSICA MAIARA LOPES

**A INFLUÊNCIA RELIGIOSA NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL OFERECIDA EM INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para a  
obtenção do título de bacharel em Serviço  
Social pela Universidade Federal de Santa  
Catarina.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Mariana Pfeifer

Florianópolis, agosto de 2016.

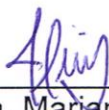
JÉSSICA MAIARA LOPES

**A INFLUÊNCIA RELIGIOSA NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL OFERECIDA NAS INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado como requisito parcial  
para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal  
de Santa Catarina.

Monografia aprovada em 01 de agosto de 2016.

Banca Examinadora



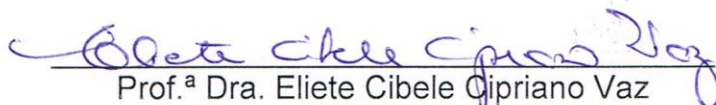
---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Mariana Pfeifer  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina



---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Dilceane Carraro  
Examinadora  
Universidade Federal de Santa Catarina



---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Eliete Cibele Cipriano Vaz  
Examinadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

*Com todo amor,  
ao meu filho Thiago.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu filho Thiago, que foi a minha maior motivação para iniciar e concluir a graduação. E mesmo com cinco anos de idade entendeu que esses dois meses em frente ao computador produzindo o TCC seriam fundamentais para a conclusão dessa fase, e que logo poderíamos aproveitar nossas férias.

Aos meus pais, Fabiane e Enio, que me auxiliaram e apoiaram durante todo esse período, cuidaram do meu filho para que eu pudesse frequentar a Universidade, e sempre torceram pelo meu sucesso. Mãe obrigada pelas contribuições na produção desse trabalho, e pai pela torcida, sei que estavas tão ansioso quanto eu.

Aos meus avós, que sempre estiveram por perto torcendo por mim, em especial minha vó Lola que manteve seu pensamento positivo e suas orações guiando o meu caminho.

Ao meu namorado Duda, obrigada pela paciência, dedicação e carinho nesse período de elaboração do TCC, sei que não foi fácil aturar meu nervosismo nesses últimos dois meses.

Ao “sexteto”, Beatriz, Claudia, Emerson, Gabriel e Thays, amigos que se mantiveram presentes em todo curso de graduação, agradeço por fazerem esses quatro anos se tornarem inesquecíveis. As várias risadas, conversas, barzinhos, festas, churrascos, passeios... ah e as longas noites de estudo! Posso dizer que foram as melhores ao lado de vocês.

Agradeço a minha orientadora Mariana Pfeifer, pela dedicação e comprometimento na elaboração desse trabalho. Aprendi muito com você durante esse processo, e sua confiança no meu trabalho pode ter certeza que foi fundamental.

A minha supervisora de campo, Débora Carla Cavalcanti que me ensinou muito a lidar com a realidade do Serviço Social. Posso dizer que depois de um ano de estágio realizado em comunidades carentes, tendo que enfrentar diariamente diversos desafios, me sinto preparada para atuar. Super, obrigada!

Agradeço a UFSC, por facilitar que eu pudesse aproveitar o máximo possível deste espaço que tanto tem a oferecer nos seus diversos aspectos. O conhecimento

aqui adquirido foi fruto de um conjunto de oportunidades, que se deu não somente da graduação que com todo o seu conteúdo me fez ter mais certeza do que eu quero, mas de toda a vivência dentro da Universidade, que modificou e ampliou toda a minha visão de mundo.

Agradeço ainda as coordenadoras das instituições que se disponibilizaram a ceder as entrevistas para que esse trabalho fosse concretizado, vocês contribuíram significativamente para um aprofundamento desta pesquisa.

E a todos que de alguma maneira contribuíram para minha formação e concretização deste trabalho, mais uma vez obrigada.

*“A religião é o suspiro da criança acabrunhada, o coração de um mundo sem coração, assim como também o espírito de uma época sem espírito”.*

*(Marx, 1977, p.2)*

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo analisar aspectos da influência religiosa na execução da política de assistência social oferecida por instituições do terceiro setor do município de Florianópolis. A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa, com base em diversos autores do curso de Serviço Social e as principais legislações no campo da assistência social, tem como instrumento a entrevista, realizada com coordenadores de três organizações não-governamentais de diferentes vertentes religiosas que oferecem a política de assistência social. O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro é feita uma contextualização histórica, resgatando alguns princípios religiosos e as primeiras formas de assistência praticadas pela Igreja, como forma de caridade, bem como a implementação das primeiras legislações no campo da proteção social. O segundo capítulo, traz a regulamentação da política de assistência social como direito universal a partir da Constituição Federal de 1988 e a influência do ideário neoliberal, que potencializou a expansão do terceiro setor. O terceiro e último capítulo apresenta a análise das entrevistas trazendo os aspectos da relação entre religião e assistência social, presentes nestas instituições do terceiro setor.

**Palavras-chave:** Assistência Social, terceiro setor, religião.



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AEBAS	Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAP's	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CAS	Centros de Ação Social
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
COS	Sociedade de Organização de Caridade
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FEB	Federação Espírita Brasileira
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IAP's	Instituto de Aposentadorias e Pensões
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LA	Liberdade Assistida
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do SUAS
PAEFI	Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Programa de Atendimento Integral a Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PMDB	Partido do Movimento Democrático do Brasil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
PT	Partido dos Trabalhadores
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SFCV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 RECUPERAÇÃO HISTÓRICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E A RELIGIÃO .....</b>	<b>14</b>
1.1 Breve histórico das religiões no Brasil.....	14
1.2 As primeiras experiências históricas da assistência social .....	17
1.3 A assistência social no contexto histórico brasileiro .....	21
<b>2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....</b>	<b>26</b>
2.1 A política de assistência social e o ideário neoliberal no pós-1988 .....	26
<b>3 AS INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS RELIGIOSAS EM FLORIANÓPOLIS .....</b>	<b>37</b>
3.1 Indicações metodológicas da pesquisa .....	37
3.2 Um pouco da história das instituições analisadas .....	39
3.3 Análise das entrevistas .....	40
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>49</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>52</b>

## INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) desenvolvido como requisito parcial para obtenção de título de bacharel no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), apresenta como objetivo geral analisar aspectos da influência religiosa na execução da política de assistência social oferecida em instituições do terceiro setor do município de Florianópolis/SC. A ideia surgiu em decorrência da experiência de estágio obrigatório I e II, no ano de 2015, realizado na Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (AEBAS), entidade inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do município de Florianópolis, que tem por objetivo atender demandas da política de assistência social vinculada à área da criança e do adolescente, bem como o atendimento de suas respectivas famílias e comunidade, que se encontram em situação de vulnerabilidade social localizadas em áreas de risco da grande Florianópolis.

Este trabalho possibilita uma melhor compreensão acerca da relação entre política de assistência social, religião e terceiro setor contribuindo para a ampliação da noção de assistência social como política pública. Ressalto que esta é uma pesquisa acadêmica, realizada em fase de graduação, podendo ser explorada minuciosamente por outros estudantes e profissionais, adquirindo também outros olhares e entendimentos sobre o mesmo assunto.

O trabalho está organizado em três capítulos, o primeiro capítulo apresenta uma breve contextualização das origens e expansão de algumas religiões e suas ações sociais no Brasil, com intuito de relacioná-las com as instituições do terceiro setor que serão analisadas. Logo faz-se um resgate histórico da assistência social, apresentando o vínculo entre Igreja e caridade, mecanismo que veio para atender a população pobre e necessitada, vítima da própria construção histórica demarcada desde sempre pela grande desigualdade social e exploração do trabalho. A Igreja manteve um papel importante nessa questão, já que o Estado tardou a responder a as demandas da questão social e entende-la como fruto da contradição entre capital e trabalho geradora das desigualdades sociais. Busca ainda compreender, as

primeiras formas de assistência, legislações e sua efetivação, enquanto direito universal por meio da Constituição Federal de 1988.

O segundo capítulo apresenta uma análise a partir da implementação da Constituição Federal de 1988, que trouxe a Seguridade Social para o campo da proteção social e pela primeira vez efetivou a assistência social como direito universal e responsabilidade do Estado. Em consonância com esse avanço constitucional decorrente de muitas lutas sociais, começou a se expandir no Brasil os ideais neoliberais em que o Estado passou a transferir de forma mais incisiva sua responsabilidade social para a sociedade civil e o setor privado, representando uma refilantropização da assistência social e um enorme crescimento do terceiro setor, principalmente na área da assistência social, cobrindo as lacunas do Estado na execução da política. Faz-se ainda uma contextualização da trajetória dos governos pós-1988, e suas contribuições para o campo social, principalmente com a regulamentação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que direcionaram para um crescimento da política de assistência social.

O terceiro e último capítulo apresenta as indicações metodológicas da pesquisa, um pouco da história das instituições apresentadas e a análise das entrevistas com as coordenadoras dessas instituições. As instituições foram selecionadas a partir dos dados cadastrais do Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis, foram escolhidas a critério de nomenclatura, localidade e disponibilidade dos entrevistados. Foi feita uma pesquisa pelos websites destas instituições para conhecer um pouco mais de sua história e fundamentos. E a análise consiste em trazer trechos das entrevistas e a analisar de que forma a política de assistência social é oferecida, principalmente de que forma os aspectos religiosos estão colocados nesses espaços.

## 1 RECUPERAÇÃO HISTÓRICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E A RELIGIÃO

Para que possamos compreender a assistência social enquanto política pública é necessário conhecer os primórdios desse processo. A assistência social foi prestada historicamente como forma de caridade pela Igreja Católica tendo como princípios a pregação da moral e dos bons costumes. Este capítulo busca fazer um resgate histórico da assistência social vinculada a religião, apresentando as primeiras formas de assistência e suas primeiras legislações, até a sua efetivação enquanto direito com a instauração da Constituição Federal de 1988. Partiremos resgatando um breve histórico das religiões no Brasil para depois adentrar no debate acerca da assistência social.

### 1.1 Breve histórico das religiões no Brasil

Antony Giddens (2012, p.483) define religião como “Sistema cultural de crenças e rituais comuns e compartilhados, que proporciona um senso de significado e propósitos finais, criando uma visão da realidade que é sagrada, abrangente e sobrenatural”.

Diante disto, entende-se que a religião desde seus primórdios busca dar um significado para algo que não se compreende. A crença politeísta<sup>1</sup> já vinha a partir dessa concepção e com a vinda do monoteísmo<sup>2</sup> e, mais especificamente do cristianismo<sup>3</sup>, o homem utilizou a religião na sua forma mais primitiva porém também se aproveitou dela como forma de manipulação.

O cristianismo tem como princípio a caridade, pautada na ideia do amor ao próximo, desta forma as religiões pregam a caridade enquanto virtude maior a ser alcançada, determinando que o encontro com Deus se dará de forma mais completa

---

<sup>1</sup> Crença em vários deuses. Muitas religiões, principalmente as da antiguidade, como por exemplo a religião do Egito Antigo, Grécia Antiga e Roma Antiga eram politeístas. Os deuses destas religiões costumam assumir diversas funções, muitos deles com forças relacionadas à natureza. O funcionamento do mundo também era atribuído a estes deuses.

<sup>2</sup> Crença em um único Deus. As religiões monoteístas como, por exemplo, católica, evangélicas, judaica e muçulmana, acreditam em um único Deus, criador de todas as coisas do Universo.

<sup>3</sup> Religião monoteísta centrada nos ensinamentos de Jesus de Nazaré descritos na Bíblia Sagrada, atualmente é a religião que representa o maior número de fiéis no mundo, é disseminada por várias vertentes cristãs, como católicos, evangélicos, espíritas, etc. O cristianismo tem como base a crença de que todos os seres humanos são eternos, que a vida é uma caminhada e a morte é uma passagem para a vida eterna.

quando se pratica o amor ao próximo, garantindo a salvação e recompensa de uma vida eterna no plano superior. Em várias passagens da bíblia podemos notar essa concepção de caridade como princípio moral:

Caridade é o ato benigno de saciar a necessidade das pessoas em suas vidas, simplesmente por amor a elas, e para que elas deem graças a Deus. Se amarmos verdadeiramente ao próximo como a nós mesmos, não o deixaremos, tendo condições para saciá-lo, sem que atendamos às suas necessidades, pois estaríamos negando a nós mesmos. Assim, disse o Senhor Jesus, para que tenhamos misericórdia do próximo: Vai, e faz da mesma maneira. (Lc 10, 37b)

No decorrer da história, as instituições religiosas utilizaram-se desses princípios para disseminar a compaixão com base nos ensinamentos de Cristo, através de trabalhos voluntários e assistenciais aos necessitados, sem interesses pessoais ou recompensas materiais. O único critério seria a vontade de servir ao próximo. Em contrapartida, esses mesmos ensinamentos foram usados como forma de controle da sociedade em benefício próprio, e o Estado soube utilizar de forma extremamente eficaz esses princípios.

A religião e o Estado mantiveram-se atrelados até o surgimento da ideia de Estado laico que refere-se à separação formal entre Estado e religião, no qual a religião deixa de ser fornecedora de princípios que sustentam o poder do Estado, e por não possuir uma religião oficial o mesmo tem o dever de tratar da mesma forma as diferentes crenças religiosas.

No Brasil o princípio de laicidade surgiu com a primeira constituição republicana, que oficializou a separação entre Estado e Igreja, rompendo com o monopólio estatal da Igreja Católica. Apesar de o Estado vir sendo tratado como aparentemente laico, a Igreja Católica tradicionalmente manteve suas ações ao lado do Estado usufruindo de diversos benefícios e reprimindo a expansão de outras vertentes religiosas, em especial o espiritismo e as religiões afro-brasileiras (MAIA, 2010). A Constituição Federal de 1988 rompeu conceitos políticos, sociais, étnicos e também religiosos como especificado no artigo 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: VI - e inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias (BRASIL, 1988).

Partindo desse princípio, identificou-se um enfraquecimento da Igreja Católica, o que gerou nessa época o crescimento e o fortalecimento do pentecostalismo a partir da década de 1980, que por sua vez tornou-se o novo ator nas relações entre religião e Estado. Nesse processo de expansão, o movimento pentecostal passou a pressionar o Estado brasileiro, formando as primeiras bancadas evangélicas na Constituinte que em troca de interesses morais e institucionais, exigiram a reformulação do Estado laico, buscando um pluralismo religioso o que fez com que as Igrejas Evangélicas ganhassem maior visibilidade e força política no país (MAIA, 2010).

Atualmente no Brasil, o pentecostalismo se divide em três grupos distintos que surgiram em três momentos históricos diferentes. As primeiras Igrejas pentecostais começaram a aparecer no início do século XX, nessa época foram fundadas a Congregação Cristã e a Assembleia de Deus vinculadas ao pentecostalismo dos brancos norte-americanos, que assumiam uma postura desvinculada da questão social, valorizando somente o lado espiritual. A partir da década de 1950 começaram a surgir outras vertentes pentecostais formando uma segunda geração, com a criação da Igreja Quadrangular, Brasil para Cristo, Casa da Bênção e Deus é Amor. Já na década de 1970 surge a terceira geração, chamada de neopentecostais, que muito se diferencia das outras igrejas. Os neopentecostais acreditam que a pobreza e a doença advêm de um plano espiritual e em seus cultos são capazes de uma libertação (Retirar? Não acho que foi incisivo, pois é o que a própria igreja prega – isso é o que as diferenciam dos pentecostais tradicionais – Dados do autor Professor de sociologia da UFSM – Referências). A principal representante neopentecostal é a Igreja Universal do Reino de Deus, fundada pelo empresário Edir Macedo, que foi ganhando forças por intermédios dos meios de comunicação, nesse mesmo viés surgiram a Igreja Internacional da Graça e a Igreja Renascer em Cristo, todas com forte influência da mídia a alto poder aquisitivo (MAIA, 2010).

Outra religião que vem ganhando visibilidade no país é o espiritismo, que se desenvolveu no Brasil a partir do século XVIII e alcançou todas as camadas sociais devido as suas práticas assistencialistas. Partindo do pressuposto da caridade enquanto fundamento religioso, o espiritismo utilizava a homeopatia, aliando crenças espiritualistas para tratar os doentes das classes mais baixas, o que provocou uma grande expansão dos Centros Espíritas. O espiritismo tem como base as obras de



Allan Kardec que possui um discurso doutrinário, mas que também aponta assuntos de cunho político, social e econômico, entre suas obras, destaca-se *O Evangelho Segundo o Espiritismo* que seria a interpretação da moral ensinada por Cristo, enfatizando que através desses ensinamentos os fiéis alcançarão a transformação e a evolução do espírito. A caridade também faz parte da ideia de salvação no espiritismo, o que provocou o surgimento de diversos grupos espíritas que atuavam na prática da caridade, contribuindo para a fundação da Federação Espírita Brasileira (FEB) existente até os dias atuais (SALDANHA, 2008).

## **1.2 As primeiras experiências históricas da assistência social**

No decorrer da história da humanidade diversas formas de ajuda aos pobres foram realizadas até a concretização da assistência social como política pública. A prática assistencial esteve historicamente vinculada à noção de caridade. A burguesia, Igreja e Estado tinham intenções para além da prática da caridade, buscavam perpetuar a servidão e a submissão. Segundo Martinelli (2000, p.97) “é indispensável que se revele que muitas práticas de exploração, repressão e de dominação política e ideológica foram realizadas sob a denominação de caridade”.

Com o surgimento do cristianismo a caridade começou a tornar-se um valor humanitário, princípios de justiça e caridade como amor ao próximo passaram a fazer parte deste contexto. Dizia-se que ausência do amor ao pobre era a ausência de amor a Cristo, os mais ricos eram vistos como administradores dos bens materiais advindos de Deus, porém, a justiça exigia que o bem fosse praticado, esmola e misericórdia faziam parte dessa justiça (MARTINELLI, 2000).

Em 313 d.C., pelo decreto de Milão, o cristianismo tornou-se a religião oficial consolidando a fé cristã, o que levou a mudanças nas relações sociais da época. A Igreja passou a liderar o setor social, desenvolvendo atividades direcionadas aos pobres como missão cristã. Os diáconos, membros leigos da Igreja, distribuíam auxílio, prestavam socorro, visitavam doentes e cuidavam das crianças, além de realizarem inquéritos sociais e visitas domiciliares às famílias pobres. Durante toda a Idade Média a Igreja era quem prestava a caridade aos pobres e desvalidos, criando hospitais, leprosários, orfanatos e escolas, uma vez que o Estado não se interessava por essa questão (OLIVEIRA, 1996).

Com a transição do modo de produção feudal para o capitalista, a caridade desenvolvida pela Igreja passou a ser tratada como uma das práticas de dominação do Estado resultando em novas formas de intervenção na assistência para assim legitimar o poder. A Assistência passa a ser efetivada como serviço de caráter público e privado, além de iniciativas filantrópicas, Damas de Caridade e Irmãs de Caridade passaram a fazer parte desse quadro. As primeiras intervenções do Estado eram de caráter assistencialista e repressivo, visando o bem-estar da burguesia já que a miséria ameaçava a ordem social (OLIVEIRA, 1996).

A Inglaterra, berço da Revolução Industrial e movimento trabalhista, foi a primeira a experimentar políticas de combate à pobreza. Em 1597, foi promulgada pela rainha Elisabeth a primeira Lei dos Pobres, onde a assistência era regulamentada, e a mendicância proibida. Em 1601, a rainha Isabel I criou o estatuto de auxílio aos indigentes, regulamentando as “Casas de Trabalho” que se disseminou em vários outros países da Europa Porém, essas medidas de assistência não ofereciam alternativas concretas a pobreza (OLIVEIRA, 1996).

Com o advento da Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII, o Estado e a burguesia passaram a criar políticas assistenciais paternalistas com intuito de bloquear a consciência de classe dos trabalhadores e sua organização política. Os trabalhadores passaram a vender sua mão-de-obra em troca de salário e deixaram de ser detentores de suas ferramentas e matérias-primas, formando o proletariado industrial e consolidando assim a lógica do sistema capitalista. O processo de urbanização aumentou a desigualdade social, levando a inserção de mulheres e crianças aos meios de produção.

A Lei dos Pobres que era de caráter repressivo e visava o princípio da territorialização e do domicílio, determinava fixação de moradia aos pobres, impedindo que os camponeses fossem para os centros industriais. A nova Lei dos Pobres foi então reformulada em 1834, devido a força da burguesia mas manteve seu caráter fiscalizador e punitivo. Tratando a questão social como problemas de caráter, inspecionando e fiscalizando a vida pessoal e familiar dos pobres através de visitas domiciliares. A miséria disseminava-se principalmente onde concentravam-se o comércio e a indústria, logo os gastos com assistência tornaram-se um peso para o Estado.

A nova lei previa recebimento de auxílio em troca de trabalho, criando as Casas de Trabalho que agiam como verdadeiras prisões. Isso se caracteriza

segundo Foucault (1996, p.103) de panoptismo, definido como “uma forma de poder que se exerce sobre os indivíduos em forma de vigilância individual e contínua, em forma de controle de punição e recompensa e em forma de correção, isto é, de formação e transformação dos indivíduos em função de certas normas”.

Cabe salientar que a questão social era vista de forma reducionista, como manifestação de problemas individuais a serem tratados com atividades reformadoras de caráter. Assumia face humanitária, porém escondia seus interesses de repressão e controle da vida do proletariado. Com o advento da Revolução Francesa, a pobreza começa a ser vista como “criatura” da sociedade industrial e não mais como fenômeno da resistência ao trabalho, mostrando que novos aparelhos políticos poderiam ser conquistados com revoltas populares, gerando a preocupação do Estado (OLIVEIRA, 1996).

Com o surgimento do movimento socialista e a expansão das teorias de Marx e Engels, o Estado se viu obrigado a conceder medidas sociais mais significativas para poder conter o proletariado, além do que previa a Lei dos Pobres. Em 1871, surgiram na Alemanha as primeiras medidas de políticas sociais, instituída pelo chanceler Otto Von Bismarck, a proteção social se expande em vários países do mundo como legislação previdenciária e trabalhista. A lei que concedia aos operários seguro social no caso de acidentes de trabalho, doença, invalidez ou velhice foi fruto das lutas políticas e sociais travadas pelos trabalhadores e principalmente sob orientação do partido socialista, que agia na clandestinidade (SILVA, 1997).

Durante esse período, nascera na Inglaterra a Sociedade de Organização de Caridade (COS) fruto da aliança entre a burguesia, Igreja e Estado. A Organização entendia que era preciso coibir as manifestações coletivas dos trabalhadores para assim manter um controle sobre a questão social, dessa forma asseguraria o bom funcionamento da sociedade. Além da função econômica de assistência, a COS previa uma função ideológica, reprimindo a organização da classe trabalhadora e sua expressão política. Sua principal tarefa era racionalizar a assistência e reorganizá-la em bases científicas, porém, foi na verdade uma estratégia da burguesia em desenvolver seu projeto de hegemonia de classe e para o Estado garantir a expansão do capital (MARTINELLI, 2000).

Ao longo do tempo, a higiene e educação passam a fazer parte das atividades da assistência. As autoridades da área da saúde enfim conseguiram relacionar as

precárias condições de vida e as doenças epidemiológicas com o elevado nível de mortalidade presente na classe trabalhadora. Logo a COS também passou a atuar na educação familiar e social da classe operária, utilizando instrumentos como visitas domiciliares e ações educativas com essas famílias. O trabalho com as famílias foi muito valorizado na época, pois os problemas sociais eram tidos como “problemas de caráter”, e dessa forma a COS adotou e difundiu a ideia da assistência social como uma ação de “reforma do caráter”. A COS se expandiu por todo o continente europeu até chegar aos Estados Unidos, seu crescimento físico fez com que ao final do século XIX fosse a maior instituição de assistência social. “Sua principal bandeira de luta era a organização científica da assistência, o que levava a uma posição bastante alienada do agravamento da ‘questão social’ propriamente dita” (MARTINELLI, 2000, p.104).

Ainda como um marco significativo, no final do século XIX aconteceu a promulgação da primeira encíclica social “Rerum Novarum”, em 1891, pelo Papa Leão XIII, denunciando as consequências do capitalismo liberal, que agravou a miséria, a fome, as condições desumanas de trabalho e moradia e a carência de recursos assistenciais. Esta encíclica influenciou na mobilização dos cristãos a buscar uma sociedade mais justa (OLIVEIRA, 1996).

Dentro dessa ótica a iniciativa privada começou a cobrir as ausências de proteção social, através de instituições filantrópicas geralmente dirigidas por senhoras inglesas que se disseminou pela Europa e Estados Unidos. No que diz respeito ao público e privado Vicente (1983, p. 58) afirma:

Em ambos, a ideologia subjacente era a mesma, concebendo a indigência como inimigo social do Estado que necessita de cidadãos aptos. As raízes da problemática social estão no indivíduo, em seu passado pessoal e não na estrutura de classe. O social era componente exclusivo econômico. Por isso, as instituições sociais eram geridas pela elite econômica, social e política na defesa de seus interesses maiores.

Por fim, pode-se concluir que a assistência social como ato de benemerência esteve presente em nossa sociedade desde os primórdios da humanidade, em diversas vezes como forma de cobrir as falhas do Estado. Seu caráter controlador e regulamentador sempre caminharam juntos.

### 1.3 A assistência social no contexto histórico brasileiro

O Brasil foi marcado por características peculiares construídas historicamente nos períodos colonial, imperial e republicano. Antes do século XIX, não se discutia direitos civis no Brasil, a escravidão predominava e era o alicerce do sistema político, econômico e social do país. O fim da escravidão, enquanto instrumento legal, não representou uma ruptura com as precárias condições sociais da população. O trabalho livre se efetivou como um desdobramento do trabalho escravo dificultando a garantia de direitos civis e políticos. A grande propriedade articulou as relações de poder no país, onde vigorava as leis dos coronéis que detinham todo o domínio sobre os trabalhadores, agora legalmente livres, porém ainda vivendo sob forma de escravidão, visto que dependiam dos mesmos para sobreviver. Os grupos que estavam à margem dessa realidade passaram a receber o apoio de entidades religiosas caracterizando dessa forma os primeiros campos de filantropia ou iniciativas de cunho privado (COUTO, 2010).

Segundo Carvalho (2002, p. 45):

A herança colonial pesou mais na área dos direitos civis. O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado. Esses três empecilhos ao exercício da cidadania civil revelaram-se persistentes.

Com o despertar da República, o modelo econômico predominante era o agroexportador baseado na monocultura do café e na dependência do capital internacional. Os imigrantes europeus, fugidos da guerra, começaram a substituir a mão-de-obra escrava, trazendo consigo ideias europeias com demandas na área social. Nos primórdios da proteção social, temos a classe trabalhadora que através de determinadas categorias profissionais se organizou política e economicamente, na luta pela efetivação de direitos básicos. Nasce uma classe operária e a mudança do modo de produção agrícola para um capitalismo que se industrializava.

Não houve no Brasil escravista do século XIX uma radicalização das lutas operárias, sua constituição de classe para si, com partidos e organizações fortes. A questão social já existente num país de natureza capitalista, com manifestações objetivas de pauperismo e iniquidade, em especial após o fim da escravidão e com a imensa dificuldade de incorporação dos escravos libertos no mundo do trabalho, só se colocou como questão política a partir da primeira década do século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de legislação voltadas ao mundo do trabalho. É interessante notar que a criação dos direitos sociais no Brasil resulta da luta

de classes e expressa a correlação de forças predominantes. (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p.78)

As primeiras inovações trabalhistas e sociais começaram a aparecer no Brasil na passagem do século XX, com o surgimento das primeiras organizações sindicais, as primeiras Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP's), o primeiro Código de Menores, dentre outras inovações que, ainda de caráter conservador, foram de certa forma um ponto de partida para a construção social e política do país.

Foi a partir da Revolução de 1930 com a chegada de Getúlio Vargas ao poder que houve uma mudança no cenário da política brasileira, marcada por uma maior centralização, uma economia voltada para a indústria e uma incipiente proteção aos trabalhadores urbanos. Seu primeiro governo teve como característica uma intensa produção legislativa, com inovações nas relações de trabalho e nas políticas sociais (SILVA, 1997).

Com uma política de cunho populista, intensificou a regulamentação das relações de trabalho tendo como ação de Estado controlar a classe operária em consonância com os grandes empresários. Investiu em políticas sociais de caráter regulatório e assistencialista, implementando uma proteção social conservadora e meritocrático-particularista, com marcas clientelistas na concessão de benefícios (COUTO, 2010).

Embora controladora, foi um grande avanço para a época, uma vez que as políticas sociais não faziam parte do cenário nacional. Os trabalhadores urbanos, vinculados ao mercado formal, diferentemente dos trabalhadores rurais, tiveram alguns benefícios até então inacessíveis. O trabalho rural ainda era forte, porém desprotegido, o que incentivava os mesmos a migrarem para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida. De acordo com Yamamoto e Carvalho (2001, p. 245):

Dessa maneira, o Estado subsidia a aceleração da acumulação, contrapondo medidas legais aos mecanismos naturais do mercado de trabalho. Verifica-se o fato aparentemente paradoxal de, num período de grande expansão industrial em que o emprego urbano atinge nível extremamente elevado relativamente aos períodos anteriores, o salário real dos trabalhadores urbanos tenha acentuado declínio, na mesma medida em que pioram as condições de trabalho, aumentando o ritmo e a intensidade da exploração.

No que diz respeito a políticas públicas, o campo da previdência foi o mais explorado, nos primeiros anos houve a expansão dos CAP's que asseguravam como

benefício o direito a aposentadoria por velhice ou invalidez, a obtenção de socorro médico para si ou para a família, o recebimento de pensão pelos familiares e medicamentos com preços reduzidos, mantidos pela contribuição trabalhista (COUTO, 2010).

A partir dos anos 1930 foram instauradas as primeiras políticas de saúde, ligadas a previdência social e os denominados Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP's) no qual somente os trabalhadores formais e seus dependentes tinham acesso. Nesse momento também se expandiu pelo país a saúde privada e filantrópica médico-hospitalar (BEHRING; BOSCHETTI, 2010). Sposati (2007, p. 46) concebe essa relação como “a simbiose entre a iniciativa privada e a pública, a presença da classe dominante enquanto poder civil e a relação benefício/caridade x beneficiário/pedinte, conformando a relação entre Estado e classes subalternas”.

Durante a ditadura Vargas foi criado o Ministério da Educação, da Saúde e ainda o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) que não chegou a ser um mecanismo atuante, suas funções serão exercidas na prática com a Legião Brasileira de Assistência (LBA). O CNSS tinha como função fiscalizar as obras públicas e particulares de assistência social, com o intuito de centralizar sua organização (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001).

A partir de 1939 com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, é lançada uma campanha política que busca receber apoio da população para o chamado “esforço de guerra”, nesse momento como pretexto de engajamento do país na guerra, surge a primeira campanha assistencialista através da LBA. É instituído também o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) que visa a qualificação da força de trabalho necessária para a expansão do capital. Em consonância com a política de Vargas, são criados o Serviço Social da Indústria (SESI) como instituição assistencial e a Fundação Leão XIII, com o objetivo de atender populações carentes e marginalizadas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001).

A LBA, criada em 1942, foi o primeiro órgão de assistência, com ele surgiu a figura da primeira-dama, esposa de Getúlio Vargas que logo após sua posse assumiu o campo da política social. Começa então uma nova forma de dominação política pautada no assistencialismo, sob liderança da primeira-dama. Getúlio Vargas foi considerado por grande parte da população brasileira “o pai dos pobres”, líder populista, implementou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943, e inúmeras outras políticas sindicais e assistenciais (TORRES, 2002).

Do horizonte dessa política paternalista, a Legião Brasileira de Assistência é vista como um órgão que “faz o bem” e que presta ajuda aos necessitados. Trata-se de um órgão benevolente chefiado pela primeira-dama que permite ao presidente da república e aos governadores dos Estados estenderem suas mãos aos pobres, dando vazão ao populismo e à demagogia. É assim que “no imaginário coletivo, primeiras-damas/filantropia/e benesse dos governantes se confundem e se configuram a assistência social aos pobres” (FALCÃO, 1990, p. 154).

Nesse mesmo contexto também foi criada a Fundação Leão XIII, em 1946, localizada no estado do Rio de Janeiro, foi a primeira grande instituição assistencial que atuava junto a população pobre dos centros urbanos, já concentradas nas então denominadas favelas onde o Partido Comunista do Brasil ganha forças nas eleições de 1946. A fundação era mantida pelo Estado junto a Igreja Católica, atuava na tentativa de recuperação dessa população, que vivia em extrema precariedade material e moral. Com o apoio das forças armadas e Igreja concediam os benefícios de transporte, alimentação, paróquias, clubes esportivos, merendas escolares, entre outros. Foram implantadas suas estruturas físicas denominadas de Centros de Ação Social (CAS) atuando dentro das principais favelas da região. Os CAS ofereciam serviços de saúde como higiene, clínica e farmácia, assim como auxílios para assistência jurídica e creche, ofertavam também recreação e Educação Popular. Todo esse aparato do governo tinha como objetivo “barrar o avanço do comunismo” já que essa população poderia transformar-se em redutos eleitorais do Partido Comunista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001).

Dessa forma, percebe-se que as políticas no campo social servem de estratégias reguladoras, esse mascaramento das relações de dominação dos subalternos acontece quando reitera a figura do “necessitado” e “desamparado” em posição de subordinação e culpabilização por sua condição de pobreza. A assistência tem sido utilizada como estratégia para o enfrentamento da questão social. “Sua vinculação histórica com o trabalho filantrópico, voluntário e solidário relacionam a assistência com o assistencialismo paternalista fundamentado em razões de benemerência” (YAZBEK, 1996, p. 50).

O final da década de 1970, foi marcado por uma efervescência política, ocorreu uma ampla organização dos trabalhadores urbanos por meio de sindicatos. Aconteceram inúmeras greves em todo o país reivindicando a recuperação de perdas salariais e o fim da ditadura. A manutenção do regime perdeu força devido ao aumento da inflação e ao endividamento externo. Nas universidades, o



movimento estudantil também se reestruturou e passou a lutar pela redemocratização, nesse contexto tivemos a volta dos exilados políticos, com a Lei da Anistia, abrindo espaço para o fim da Ditadura Militar.

A abertura política se torna irrefutável com a campanha pelas Diretas Já, quando temos inúmeras manifestações populares exigindo o fim do regime, estas imprescindíveis para a implementação de uma nova Constituição. A Constituição de 1988 construída por meio de participação popular representou um enorme avanço para a democracia brasileira e a garantia de direitos políticos e sociais.

## **2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

A assistência social foi efetivada enquanto direito social no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988. O poder executivo marcado por um ideário neoliberal contribuiu para a expansão do terceiro setor, que por sua vez continua vinculado a religião atrelando a questão social ao princípio da caridade. Este capítulo busca resgatar a política desenvolvida nos governos pós-1988 até os dias atuais.

### **2.1 A política de assistência social e o ideário neoliberal no pós-1988**

A Constituição Federal de 1988 trouxe para o Brasil um grande avanço na área dos direitos civis, políticos e sociais, bem como a universalização dos acessos e a responsabilidade do Estado frente às políticas sociais. O direito a saúde, previdência e assistência passaram a compor o tripé da Seguridade Social, efetivando-se posteriormente como políticas públicas de acesso a todos, dever do Estado e da sociedade.

A política de saúde veio com um novo princípio, agora efetivada como direito universal, a previdência social ainda manteve seu caráter contributivo, e pela primeira vez a assistência social foi incorporada à política de proteção social, pública e não contributiva destinada a todos os cidadãos a quem dela necessitar. Essa passagem do assistencialismo para o campo da política pública e universalização dos direitos, rompe com a tradição clientelista e assistencialista de papel secundário na qual a assistência social se inseria (YAZBEK, 2005).

Em contrapartida aos avanços sociais na legislação, tivemos uma contrarreforma na política econômica do país na década de 1990, já que em meio a esse momento de transição entre o regime militar e a construção da democracia na década de 1980, o Brasil vinha enfrentando uma grande crise econômica decorrente dos últimos anos de autoritarismo militar e da crise capitalista no âmbito internacional, em que altos índices de inflação, arrocho salarial e desemprego, contribuíram para um significativo aumento da desigualdade social no país (COUTO, 2010).

Essa contrarreforma foi orientada pelo Consenso de Washington, que nada mais foi que um encontro realizado na capital dos Estados Unidos no ano de 1989

que serviu como “receituário” que idealizou a proposta neoliberal. Essa proposta estabelecia a disciplina fiscal em que o Estado deveria limitar seus gastos públicos diminuindo sua dívida, estabelecendo maior abertura econômica aos países estrangeiros e investimento no comércio exterior, abrindo espaço para a privatização das empresas estatais e a desregulamentação das leis trabalhistas.

A suposta crise da escassez de recursos públicos, atrelada às privatizações, heranças clientelistas, corrupção e falências de empresas nacionais, serviu para justificar a retirada do Estado e sua responsabilidade, expandindo esse serviço ao suposto *terceiro setor* que nada mais é que a sociedade civil organizada que desenvolve ações em resposta às demandas sociais, partindo de valores de solidariedade e ajuda-mútua. Com o projeto neoliberal abriu-se maior espaço para a expansão desse terceiro setor, como forma de baratear o custo com o social, o Estado passou a destinar recursos públicos para instituições sem fins lucrativos executarem projetos, principalmente na área social, utilizando-se desse mecanismo como um novo trato da velha questão social – fruto da contradição entre capital-trabalho – que segue inalterada, porém manifestando novas expressões em decorrência do cenário contemporâneo (MONTAÑO, 2002)

Dessa forma, o enfrentamento da “questão social” é submetido aos mínimos recursos, em comum acordo com as propostas neoliberais que preconiza o “Estado Mínimo”, contribuindo para o “máximo ao mercado e o mínimo ao social”, caracterizando o que chamamos de refilantropização da assistência, em que o Estado transfere sua responsabilidade social para a sociedade civil em parceria com o setor privado (MOTA, 2010). Colocando mais uma vez o direito a assistência social sob uma perspectiva filantrópica, exercida por organizações não governamentais, pautadas na ajuda ao próximo como forma de caridade e benemerência. Como afirma Couto (2010, p. 150),

Uma das características desse período é a retomada da matriz da solidariedade, como sinônimo de voluntarismo e de passagem da responsabilidade dos programas sociais para a órbita da iniciativa privada, buscando afastar o Estado de sua responsabilidade central, conforme a Constituição de 1988, na garantia desses direitos.

A Constituição Federal de 1988 e a ideia de universalização das políticas sociais pareciam incomodar os ideários neoliberais, que acusavam as políticas sociais de propiciarem um esvaziamento no fundo público, pois não traziam retorno financeiro. O economista e ex-titular do Ministério da Administração Federal e da

Reforma do Estado, Bresser Pereira, tratou essa questão como uma forma de populismo patrimonialista, segundo ele contribuiu para um retrocesso burocrático promovendo um engessamento do aparelho estatal. O mesmo colaborou para a promoção da “Reforma Gerencial” do Estado, no governo FHC, contribuindo para o processo de *descentralização administrativa* transferindo responsabilidades federais para o âmbito municipal, em forma de gerenciamento e execução pelo terceiro setor, denominando esse processo de publicitação, o que na verdade é uma transferência de responsabilidades para a sociedade civil chamada terceiro setor, ou seja, uma forma de privatização dos serviços públicos (MONTAÑO, 2002).

Pode-se dizer que na década de 1990, essa publicitação dos serviços públicos na área da assistência social cresceu gradativamente, o que veremos a seguir no decorrer dos governos neoliberais pós-1988.

O presidente Fernando Collor foi o primeiro a conduzir o Brasil para o neoliberalismo, em seu governo a figura da primeira-dama volta a aparecer na área social, com sua esposa Rosane Collor assumindo a presidência da LBA. Collor rejeitou o Projeto da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que regulamenta a política, aprovada pelo Congresso Nacional em 1989, além de não aceitar a assistência social como status de política pública, equidade e universalização, negando o projeto que definia a seguridade e os mínimos sociais à população, que para Sposati (1997, p.10) “propor mínimos sociais é estabelecer o patamar de cobertura de riscos e de garantias que uma sociedade quer garantir para todos os seus cidadãos. Trata-se de definir o patamar de dignidade abaixo do qual nenhum cidadão deveria estar”. É importante ressaltar que Collor ainda mantinha um governo autoritário, não abrindo espaço para a sociedade civil organizada se manifestar frente à política, o que contribuiu para seu processo de impeachment (TORRES, 2002).

Em seu lugar assumiu o vice-presidente Itamar Franco eleito pelo Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB), que manteve seu governo ainda populista, clientelista e assistencialista, por forças de ações do Ministério Público, Itamar Franco regulamentou a LOAS em 1993, sua intervenção no campo social foi meramente nula. Porém, sua contribuição se deu a partir da implementação do Plano Real sob coordenação do então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC), também do PMDB, o que potencializou sua eleição à presidência do Brasil em 1994. O Plano Real consistiu em atingir metas através da estabilidade dos

preços, investimentos tecnológicos, modernização na estrutura produtiva nacional, integração econômica mundial e desregulamentação do setor público, redefinindo seu papel como administrador de políticas macroeconômicas de produção de bens sociais e políticas sociais compensatórias (COUTO, 2010).

No governo FHC sua estratégia política continuou nesse mesmo contexto neoliberal, com ações de centro-direita, priorizando o controle da inflação, a reforma de Estado e o projeto de modernização do país. Em seu discurso, suas cinco prioridades governamentais eram referentes à saúde, educação, emprego, agricultura e segurança, porém seu governo seguiu pautado no plano de estabilidade econômica, característico dos governos democráticos pós-1985, também utilizou inúmeras vezes o recurso de Medida Provisória, mantendo afastada a sociedade civil de suas ações e aprovando projetos pautados na troca de favores (COUTO, 2010).

No que diz respeito a área social foram poucas as suas contribuições, a LBA foi substituída pelo Programa Comunidade Solidária que previa ações seletivas de caráter restritivo e emergencial, presidido também pela primeira-dama Ruth Cardoso, o Programa tinha por objetivo o enfrentamento de situações de pobreza e exclusão. Dessa forma, a política de assistência social foi construída no país, fundamentada na solidariedade, na filantropia e no voluntarismo (MOTA, 2010), o que segundo Sposati (1995, p. 127)

Significa manter o simbólico do centralismo na figura masculina do presidente, a quem cabe a razão, e à mulher, que, na condição de consorte, cabem as iniciativas do coração e, por consequência, o social. É o social sob esta ideologia palco de manifesta “bondade”, “sensibilidade” e não de políticas públicas.

Em 1996 foi criado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) que prevê a retirada de crianças e adolescente de baixa renda do trabalho precoce através de um conjunto de ações que oferece serviços e assegura uma transferência de renda às famílias que manterem seus filhos na escola. Ainda no mesmo ano foi implementado o Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Constituição como “a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei” (BRASIL, 1998), que até então não havia se efetivado.

A partir de 2001, em seu último mandato, o governo FHC criou uma “Rede de Proteção Social” formada por 12 programas no campo da transferência de renda financiado pelo Fundo de Combate a Pobreza. Porém, sua política manteve-se pautada na inserção do Brasil na economia globalizada, atendendo ao ideário do projeto neoliberal (SILVA, 2010).

Dentro dessa rede de programas, se destacam o Bolsa Escola destinado a famílias com crianças de 7 a 15 anos, o valor era de R\$ 15,00 reais por criança e no máximo três filhos, chegando a R\$ 45,00 reais por família, e o Bolsa Alimentação que buscava reduzir as deficiências nutricionais e a mortalidade infantil, destinado as famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, com mães amamentando ou com crianças de 6 meses a 6 anos.

No fim da era FHC viu-se um aumento significativo da concentração de renda, altos índices de desemprego, tentativas de desmontar direitos trabalhistas, processo de privatização intenso, e algumas reformas na Constituição Federal no campo dos direitos sociais. O então presidente submeteu o Brasil aos ditames do mercado mundial, tornando o país um dependente dos capitais especulativos (COUTO, 2010).

Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) assume a presidência da República, se dizendo um governo de esquerda assumiu prioridade no enfrentamento da fome e da pobreza no país. Em seu discurso diz que as Políticas Sociais são importantes mecanismos, assim como uma Política Econômica baseada na redistribuição de renda, geração de emprego, proteção ao trabalhador e reforma agrária. Em seu governo, a principal política de enfrentamento a pobreza foi a estruturação do Programa Fome Zero, que substituiu o Programa Comunidade Solidária, e juntamente com o Programa Bolsa Família unificou os demais Programas Nacionais de Transferência de Renda, contribuindo para uma ampliação do público atendido e uma significativa elevação dos recursos oferecidos. As condicionalidades destacam-se como elemento central no Programa Bolsa Família, pois vincula o acesso obrigatório às políticas de saúde e educação como fundamentais ao acesso do benefício almejando uma maior autonomia dos usuários, o valor do benefício é de cerca de R\$ 50,00 reais por família e mais R\$ 15,00 reais por filho, abrangendo em até três filhos (SILVA,2007).

Ainda no governo Lula, em cumprimento as deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, em dezembro de 2003, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por intermédio da

Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), implementou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), juntamente com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) através da Norma Operacional Básica/SUAS (NOB/SUAS) que é uma sistema descentralizado, participativo e não contributivo, e tem o objetivo de materializar as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que em consonância com mesma, segue os seguintes princípios:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão objetivos. (PNAS, 2004)

Em 2009, foi implementada a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que determina como devem ser ofertados os serviços no âmbito do SUAS, nessa perspectiva a Proteção Social está dividida entre Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A Proteção Social Básica é ofertada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias. Neles são oferecidos o Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que também é oferecido por Organizações não-governamentais, e o serviço de proteção social básica em domicílio para idosos e pessoas com deficiência, além da realização do Cadastro Único para a concessão de benefícios socioassistenciais.

A Proteção Social Especial está dividida em níveis de complexidade, sendo o de média complexidade oferecido pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que é uma unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que encontram-se em situação de risco, por violação de direitos no qual demandam intervenções de proteção social especializada. Nos CREAS são

ofertados o Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço a Comunidade (PSC) aos adolescentes que se encontram em conflito com a lei, serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e idosos, e ainda em nível de média complexidade o Serviço de Abordagem Social e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Já a alta complexidade oferece atendimento às pessoas que já tiveram seus direitos violados e encontram-se em situação de vulnerabilidade e necessitam de um acolhimento institucional como, por exemplo: abrigo institucional; casa lar; casa de passagem; residência inclusiva, serviço de acolhimento em República; família acolhedora; serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergenciais. Estas instituições podem ser de caráter governamental ou não-governamental. De acordo com Yazbek (2005, p.17),

O SUAS é constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social prestados diretamente – ou através de convênios com organizações sem fins lucrativos –, por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público.

O SUAS também define a implementação de um sistema de vigilância socioassistencial, que busca reconhecer demandas de pessoas que estão em situação de vulnerabilidade. Supõe uma rede socioassistencial, com um conjunto de articulações entre instituições públicas e privadas que ofertam e operam as políticas sociais. E ainda prevê uma gestão compartilhada de serviços entre União, Distrito Federal, estados e municípios. Seu financiamento aponta para a descentralização político-administrativa e repasses financeiros via os Fundos de Assistência Social.

A implementação do SUAS reafirmou a assistência social como direito universal, rompendo com as experiências anteriores voltadas a prática da caridade. A articulação entre os entes federativos, a questão da territorialização, da articulação em rede, seus níveis de complexidade são elemento importantes que caracterizam esses avanços.

Embora o governo Lula tenha contribuído para um significativo avanço no combate a fome no país, através de uma maior adesão às políticas sociais, não conseguiu ultrapassar a denominada linha da pobreza na qual se encontra grande parte da população brasileira. O Bolsa Família é um programa focalizado nas famílias extremamente pobres e seus critérios de inclusão exigem renda familiar



muito baixa, além de seu benefício também manter um valor genérico, mantendo pouco alterada a situação de pobreza das famílias usuárias. Essa concepção de focalização segue orientada pelo ideário neoliberal, trazendo medidas meramente compensatórias sobre as populações vulneráveis (SILVA, 2007). Yazbek (2005, p.13) diz que “se de um lado o Estado brasileiro aponta constitucionalmente para o reconhecimento de direitos, por outro se insere num contexto de ajustamento a essa nova ordem capitalista internacional”.

Em 2010, o Brasil elegeu a primeira mulher como presidente do país, Dilma Rousseff que, apoiada pelo ex-presidente Lula, deu continuidade ao governo PT e manteve suas ações pautadas na privatização e ênfase nas políticas sociais de cunho redistributivo.

A presidenta cultivou às políticas de assistência social existentes, como também expandiu o Programa Minha Casa Minha Vida na área habitacional, para garantir um maior acesso à casa própria para famílias de baixa renda; o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) na área da educação, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica; e o Programa Mais Médicos trazendo médicos cubanos para trabalharem e se aperfeiçoarem no Brasil com o intuito de atuar na prevenção de doenças, o que gerou certa indignação em grande parte da população brasileira.

Entre junho de 2013 até a realização da Copa do Mundo sediada no Brasil em 2014 houve diversas manifestações populares no Brasil pedindo a não realização do evento, já que o Brasil já se encontrava em tempos de crise econômica e péssimas condições na área de saúde e educação e aumento nas taxas de desemprego e da inflação.

Esse foi o ponto de partida para a insatisfação de setores da sociedade ao seu governo. Porém, em 2014, Dilma elegeu-se novamente, tendo como seu maior concorrente Aécio Neves, do PSDB, com posições políticas de centro-direita e projetos ainda mais liberais.

Nesse momento, seu governo foi tratado como assistencialista por proporcionar projetos sociais principalmente vinculados a área da assistência social e acusado de comunista por aqueles que desconhecem o comunismo, as emissoras de televisão, principalmente a Rede Globo, foram fundamentais para fomentação dessa opinião junto à população, apoiando abertamente os partidos de extrema

direita e manipulando o povo brasileiro a seu favor. Os parlamentares ruralistas, evangélicos e defensores da segurança pública, formando a bancada apelidada de “Boi, Bíblia e Bala (BBB)”, passaram a ganhar o apoio da população, em especial da classe média, principalmente por apoiarem ideias de redução da maioria penal já que a população está insatisfeita com a violência no país. Dessa forma, há uma banalização da pobreza e esquece-se que a mesma é fruto do modo de produção capitalista o qual produz a exclusão e a desigualdade na sociedade, essa inversão chega a colocar a pobreza como violação e violência (FALCÃO, 2002).

Somado a isso, as corrupções que passaram a ser investigadas no governo Dilma foram essenciais nesse processo, pois colocou na cadeia diversos membros do PT e de outros partidos acusados de desviarem dinheiro público, sendo que a atuação da mídia tratou de dar maior ênfase e destaque aos casos ligados ao PT. A corrupção está presente no Brasil desde seus primórdios, porém foi no Governo Dilma que ocorreram as primeiras investigações mais expressivas.

Ainda em seu governo houve um disparato da crise econômica, com altos níveis de desemprego e altas taxas de inflação, a presidenta foi acusada de crimes de responsabilidade fiscal, o que impulsionou o seu processo de impeachment, cuja aprovação na Câmara de Deputados ocorreu no dia 12 de maio de 2016, e atualmente encontra-se em análise do Senado. Seu impeachment foi considerado por muitos, principalmente os intelectuais e os partidos de esquerda como um Golpe contra a democracia, pois o crime de responsabilidade fiscal indicado como causa não procede para um processo de impeachment, além do que, foi na eleição direta que se confirmou a vontade da população em reeleger-la.

Assumiu a presidência da República, por um período de 180 dias o vice-presidente Michel Temer que disse direcionar suas ações com base nos documentos lançados pelo PMDB, *Uma Ponte para o Futuro*, de outubro de 2015, e *A Travessia Social* de abril de 2016.

Incorporou a Medida Provisória 726/2016, que na área social extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos e transformou o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, no qual nomeou como ministro Osmar Terra (PMDB) que é representante da bancada evangélica e da bancada ruralista. O ministro disse em entrevista que pretende ainda em 2016, deslocar o atendimento dos beneficiários dos programas sociais, em especial do Bolsa Família,

às agências do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), com o objetivo de obter maior cruzamento de informações sobre a comprovação de renda dos usuários, o que segundo ele evitaria fraudes no Programa.

A tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização (BEHRING; BOCHETTI, 2010).

Outro fato a se levar em consideração foi à entrevista dada ao Fantástico, em que o presidente em exercício, um pouco antes de assumir o cargo, disse ter planos na área social para a sua esposa Marcela Temer, o que trouxe mais uma vez a figura da primeira-dama para o cenário brasileiro no âmbito da assistência social, reafirmando mais um retrocesso dos direitos conquistados.

Quando as classes subalternas encontram-se em um nível pouco elevado de consciência de classe – para não dizer em um conformismo e alienação – é indubitável que a ideologia dominante vai encontrar terreno fértil para a sua manipulação. No caso do imaginário coletivo, em relação ao papel da primeira-dama, vão prevalecer as ideias de filantropia e bem-estar, porque assim foram veiculadas e direcionadas aos usuários dos serviços sociais. Assim, a assistência social é associada a bondade dos governantes pelas mãos “generosas” das primeiras-damas (TORRES, 2002, p. 93).

Em abril de 2016 a Revista Veja publicou uma matéria com a esposa do presidente em exercício, com o tema “bela, recatada e do lar”, soando em forma de elogio o seu modo de ser, dizendo ser discreta, aparecer pouco e usar saias na altura do joelho, fomentando o padrão conservador de como uma mulher deve agir em sociedade.

Enfim, estamos vivendo um período de tensão, onde a crise econômica e política do país está afetando todos os brasileiros e em especial as classes mais pobres, que além de sofrerem os reflexos da alta inflação e do desemprego, sofrem ainda com um maior descaso pela sua condição de pobreza. A política de assistência social corre risco de retroceder em decorrência dessa cultura conservadora que permeia a sociedade, colocando o pobre como criminoso e preguiçoso, acreditando que os maiores gastos do governo estão na área da assistência social e fomentando a ideia de que bolsas e auxílios são destinados a vagabundos. O Brasil está passando por um momento de atualização do

conservadorismo do século XX, colocando a questão social como casos de polícia e retrocedendo aos direitos conquistados durante o processo de redemocratização.

### 3 AS INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS RELIGIOSAS EM FLORIANÓPOLIS

O presente capítulo traz as indicações metodológicas, sintetizando todo o processo no qual foi elaborado a pesquisa, bem como uma breve contextualização das origens e princípios das instituições analisadas. E por fim coloca alguns trechos das entrevistas e a análise de cada uma delas.

#### 3.1 Indicações metodológicas da pesquisa

Para o aprofundamento do objeto de estudo, optou-se por uma pesquisa qualitativa, onde segundo Minayo a Deslandes (1994, p. 21-22);

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis [...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

O interesse por essa pesquisa se deu a partir do Estágio Obrigatório I e II realizado na Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (AEBAS). No decorrer do estágio observou-se que as atividades desenvolvidas na instituição possuíam vínculos religiosos, o que trouxe alguns questionamentos sobre a política de assistência social desenvolvida nesses espaços.

A partir disto, fez-se um levantamento das instituições assistenciais do terceiro setor inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do município de Florianópolis/SC e constatou-se que há 62 entidades inscritas, sendo que a maioria delas possuem algum vínculo religioso. Embora caracterizadas como entidades que prestam serviços da política de assistência social, sua grande maioria mantém um viés religioso, reiterando a ideia de assistência social como forma de caridade. Para Yazbek (1996, p.51):

A assistência social e sua vinculação histórica com o trabalho filantrópico, voluntário e solidário dos homens em sua vida em sociedade, vem permitindo identificar a intervenção técnica com a ação voluntária. Constituída a partir de bases institucionais inspiradas em ações da rede filantrópica (instituições religiosas, entidades beneficentes etc.), apresenta marcas dessa forma de estruturação que resistem a inovações e mudanças. Uma dessas marcas é a identificação da assistência com o assistencialismo paternalista e fundado em razões de benemerência.

Dentre as 62 entidades cadastradas no Conselho, optou-se por entrevistar coordenadores de três organizações não-governamentais que possuem sua fundação com base na religião, optou-se ainda por escolher entidades de diferentes segmentos religiosos, sendo elas: a primeira de caráter espírita, a segunda católica e a terceira evangélica. Priorizou-se entrevistar coordenadores, por supostamente conhecerem melhor a rotina da instituição, bem como sua história e seu funcionamento.

No primeiro momento, foi enviado um e-mail explicando o conteúdo deste trabalho de conclusão de curso, a importância da pesquisa e como iria ser realizada a entrevista. As três coordenadoras aceitaram participar e agendamos um horário em cada instituição. O instrumental utilizado na pesquisa foi a entrevista semiestruturada e gravada para uma melhor descrição e análise. Foi confeccionado um termo de consentimento<sup>4</sup>, com o intuito de resguardar a identidade dos entrevistados e a instituição analisada, e elaborou-se um formulário<sup>5</sup> com 12 questões para servir de base.

A entrevista é o instrumento mais utilizado no campo das ciências sociais, e é definida como uma técnica em que o investigador se coloca frente ao investigado para obtenção de dados, ou seja, é uma forma de diálogo em que uma das partes busca obter informações e a outra se apresenta como a fonte destas informações. Cabe considerar que a entrevista possibilita uma maior flexibilização, visto que o entrevistador pode esclarecer melhor suas perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias no decorrer da entrevista, além de ser um instrumento que permite obter com maior profundidade os mais diversos aspectos da vida social (GIL, 2008).

Todas as entrevistadas dispuseram de seu tempo de trabalho para conceder a entrevista, a primeira entrevista durou cerca de 26 minutos, a segunda 17 minutos e a terceira 10 minutos, todas realizadas nas respectivas instituições localizadas em áreas de vulnerabilidade social no município de Florianópolis.

---

<sup>4</sup> Em apêndice

<sup>5</sup> Em apêndice

### 3.2 Um pouco da história das instituições analisadas

Para compreendermos o perfil e as atividades desenvolvidas nas instituições analisadas, antes de agendar as entrevistas foi feita uma pesquisa com base nos *websites*<sup>6</sup> com o intuito de conhecer um pouco suas origens e fundamentos.

As três instituições analisadas oferecem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em contra turno escolar a crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade, este serviço está previsto na Proteção Social Básica do SUAS, e tem como objetivo:

Fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva. O SCFV possui um caráter preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades dos usuários (MDS, 2016)

No município de Florianópolis a maior parte das organizações não governamentais na área da assistência social oferecem este serviço.

A primeira instituição pesquisada possui seus vínculos religiosos com base na religião espírita kardecista, tem como princípios a fraternidade, com o entendimento de serem todos irmãos; a democracia: como uma forma de se respeitar o outro; a família: entendida como terreno fértil para gerar cidadãos úteis e felizes, independente de sua formação; a autotranscedência, como um processo educativo e transformador cujo objetivo é ajudar a descobrir a própria divindade; reforma íntima, vista como um esforço individual para a renovação; a caridade, utilizada visando o amor ao próximo; e a consciência, como geradora de responsabilidade e consequência dos pressupostos anteriores. Foi fundada na década de 1950, por estudiosos do Evangelho que desejaram praticar a caridade partindo de uma proposta inicial que consistia em apoiar lares que acolhessem crianças, com atenção individualizada. Logo identificou-se que ao retornarem para as famílias os conflitos continuaram, o que tornou necessário um atendimento mais amplo. A partir de então formaram-se as primeiras unidades de atendimento para as crianças bem como suas famílias, oferecendo atividades socioassistenciais com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das famílias usuárias que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social, decorrente da pobreza.

---

<sup>6</sup> Tendo em vista a garantia do sigilo das instituições, não serão referenciadas as fontes.

A segunda é uma entidade católica, viabilizada e mantida pela Ação Social da Igreja Católica, inaugurada após a virada dos anos 2000, e tem como papel fundamental proporcionar uma parceria família-escola-ONG, possibilitando o desenvolvimento e a aprendizagem da população jovem e excluída, envolvendo-a com a comunidade e a família, oportunizando seu crescimento na vida e na sociedade, objetivando uma mudança da realidade em que estão inseridos.

A terceira instituição foi fundada também na década de 1950 por membros de igrejas evangélicas de diversos segmentos (Igreja luterana, presbiteriana, assembleia de Deus, dentre outras.) que tinham como principal objetivo construir um Hospital Evangélico para atender a comunidade, porém a falta de recursos inviabilizou a sua implementação, ficando responsável apenas por prestar serviços ambulatoriais. Ao identificarem que as crianças adoeciam devido às precárias condições de vida, a instituição passou a prestar serviços assistenciais para crianças e adolescentes. A instituição tem como missão realizar ações na área social, fundamentadas nos princípios cristãos, com o propósito de transformar a vida das pessoas, tendo em vista o Reino de Deus.

As fontes de financiamento que mantém estas instituições estão previstas em convênios municipais com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação, parcerias com o Fundo da Infância de Adolescência (FIA) e o Programa Mesa Brasil, além de doações de pessoas físicas e as mantedoras empresariais e religiosas. A primeira instituição analisada recebe recursos de sua mantenedora que tem sede no Rio de Janeiro, a segunda é apoiada pela paróquia da Igreja e a terceira por uma ONG alemã<sup>7</sup>.

### **3.3 Análise das entrevistas**

Tendo como objeto de estudo a influência religiosa na execução da política de assistência social oferecida nas instituições do terceiro setor, foi identificado na apresentação das coordenadoras das instituições entrevistadas, que as duas primeiras praticam a mesma religião de origem da instituição. Lembrando que a análise é voltada a instituição e seu funcionamento, o que torna as coordenadoras um meio para a coleta de dados e desenvolvimento da pesquisa, o que não exclui uma possível parcialidade no decorrer da entrevista. Cabe ressaltar que para

---

<sup>7</sup> Dados recolhidos durante a entrevista



garantir o anonimato das entrevistadas, serão utilizados os identificadores E1, E2 e E3 para referenciar os dados coletados.

Para entendermos melhor o perfil das entrevistadas, elaboramos um quadro para a sistematização de algumas informações visando uma melhor compreensão no decorrer da análise.

Tabela 1 - Perfil das entrevistadas

Entrevistada	Função exercida na instituição	Formação	Tempo de trabalho na instituição	Religião
E1	Coordenadora/diretora	Pedagogia	35 anos	Espírita
E2	Coordenadora pedagógica	Pedagogia	10 anos	Católica
E3	Coordenadora e Assistente Social	Serviço Social	2 anos	Católica simpatizante

Fonte: dados da pesquisa.

O questionamento inicial se refere a presença dos fundamentos religiosos no dia-a-dia da instituição, e todas as entrevistadas responderam que os mesmos estão sempre presentes, mesmo não sendo essa a base para a execução da política. Práticas como orações antes das refeições e no início de cada turno, são essenciais no funcionamento de cada uma das instituições. Como podemos verificar na fala de cada uma das coordenadoras.

A primeira entrevistada descreve sobre o um projeto desenvolvido na instituição que se chama educação do ser integral e serve como uma forma de colocar em prática os princípios da religião espírita buscando o desenvolvimento espiritual do ser humano, esse projeto não evidencia os princípios propriamente religiosos, pois trabalha os valores e sentimentos de uma forma geral. A prática de ler o evangelho entre os funcionários também indica que não é uma imposição da instituição, mas um acordo entre eles, o que não impede a livre escolha de quem não quer participar. Entende-se que mesmo não impondo diretamente a base religiosa, existe um estímulo aos preceitos da religião:

Sim, cada dia da semana um grupo faz um encontro que chamamos de educação do ser integral onde trabalhamos valores e sentimentos. Lemos o evangelho uma vez na semana entre os funcionários, mas não obrigamos ninguém a participar, isso serve como um apoio. Na abertura, todos os dias

com as crianças há uma atividade de integração, dinâmica e música, e antes das refeições é feita uma prece. (E1)

Já na fala da segunda entrevistada, evidencia-se que a religião católica é colocada como um princípio, o fato de ter “aula de religião” na rotina das crianças mostra que os ensinamentos bíblicos e a fé em Deus estão presentes no cotidiano da instituição. As datas comemorativas trabalhadas durante o ano, confirmam esse ponto de vista, pois trata-se de ensinamentos bíblicos típicos da religião católica.

Sim, a gente procura trazer isso para as crianças, sempre tem a oração de manhã e à tarde. O presidente da instituição, teve a ideia de colocar a aula de religião para trazer um pouco mais dessa espiritualidade para as crianças, não é uma catequese católica, é uma aula de religião para trazer essa espiritualidade, o despertar da fé é a maior proposta, despertar a fé em Deus, um único Deus, independente de religião, e desenvolver isso a partir dos valores sociais, do cotidiano deles e do contexto em que eles vivem. A base é o evangelho e a gente traz uma espiritualidade cristã embora a gente saiba que tenham outras vertentes religiosas mas a nossa base é o evangelho de Jesus Cristo. Fazemos uma reza antes das refeições e celebramos as datas comemorativas da religião católica como Natal, que trabalhamos o nascimento de Jesus, colocando que não é só o presente e o Papai Noel, na Páscoa trabalhamos ressurreição de Cristo, para além do Coelhoinho e chocolates. É um momento para agradecer, e pedir, rezamos o pai nosso porque é uma oração universal e é importante que todos se sintam bem, pois precisamos respeitar as outras religiões. (E2)

Na terceira instituição, a entrevistada afirma que os princípios religiosos são essenciais para o seu funcionamento:

Faz, quando as crianças chegam, digamos que é algo imprescindível e que o conselho e a diretoria exigem que a gente passe a oração antes das refeições e o devocional, que é trazer um princípio ou um valor bíblico para as crianças, pode ser também algo nosso que traga princípios e valores universais, mas a ideia central da diretoria é que seja algo que a bíblia traz, a ideia é incentivar as crianças a pesquisar mais sobre a bíblia e fazer elas entenderem o porquê precisamos aprender as questões bíblicas e que elas podem ter uma mudança também a partir daquilo que elas aprendem sobre Deus.(E3)

Percebe-se na fala acima que a ideia central dos dirigentes no chamado ato devocional é a oferta dos ensinamentos bíblicos, impondo a disseminação de suas crenças religiosas, timidamente aceitando outros princípios de caráter universal. Verifica-se isto quando a entrevistada afirma que a instituição não aceita ritos de outras vertentes religiosas, como por exemplo, no ano passado não aceitou a realização da festa junina, pois tratava-se de uma festa de devoção a um santo católico. Outro exemplo destas imposições, foi com relação a capoeira que a princípio foi questionada, pois tem suas raízes fundamentadas nas religiões afrodescendentes. A entrevistada colocou que este ano a diretoria está mais flexível

e autorizou a festa junina e a capoeira, mas sem deixar que se evidencie suas origens, com a condição de não trazer as figuras de São João e de Iemanjá para o conhecimento das crianças.

O segundo questionamento foi sobre a visão dos coordenadores em relação a política de assistência social. Verifica-se que cada entrevistada entendeu e respondeu de forma diferente, tendo como única convergência o fato de que todas percebem um avanço nos últimos anos. A entrevistada E1 e a entrevistada E2 acreditam que ocorreu um avanço na política, mas que a mesma continua mantendo o seu papel secundário. Ambas dizem manter um bom diálogo como o município, mas que a falta de recursos destinados a assistência contribui para o mau funcionamento da política, tornando necessária a parceria com o terceiro setor.

Eu vejo um avanço na proposta de governo, não há dificuldade com a parceria com o governo, mas é na ação com o usuário que deixa a desejar, a política de assistência avançou, mas referente as outras secretarias, ela é sempre inferior e mais lenta, além de os recursos serem menores. Temos um bom diálogo com o município, porém em questão de política ela tem que ser revista pois é paliativa, ela está ali porque está dentro da lei. Nos CRAS faltam recursos [...] enfim o problema é a política em si, mas acredito que há um avanço, as próprias estruturas são ótimas se tivessem recursos para funcionar, como não conseguem trabalhar com essa demanda imensa fazem a parceria com o terceiro setor. (E1)

Acho que é uma política que está bem estruturada no papel mas que, na pratica não funciona tão bem assim, no ultimo governo ficou claro esse descaso com a assistência pois tivemos oito secretários, e isso é uma coisa que dificulta, atrasa o dinheiro que pagamos as contas mais importantes, como funcionários, contas de água e luz. Tem tudo para funcionar bem no papel, como o cadÚnico, o bolsa família, o transporte, enfim, o problema são as mudanças e os cargos políticos, pois as pessoas que assumem muitas vezes não possuem experiência na área. (E2)

A entrevistada E3 deu outro direcionamento para a pergunta, percebendo um avanço na dicotomia entre a política de assistência social e a religião, ela acredita que atualmente as instituições do terceiro setor estão mais voltadas para a execução da política em si do que para o que a Igreja almeja, já que essas são exigências da própria legislação da política de assistência social. Segundo ela, um exemplo desta mudança foi a aceitação de elementos de outros segmentos religiosos na instituição, uma vez que a mesma era totalmente contrária a essa prática.

Bem, com o marco regulatório, as instituições agora são obrigadas a cumprirem o que prevê a política de assistência social, hoje ele está mais voltada para o que a política exige do que o que a igreja requer. A política de assistência deve ser cumprida e o nosso serviço deve levar em conta todas as exigências que se deve ter, e ela só se matem se cumprir o que a política exige. (E3)

As entrevistas foram finalizadas questionando o papel das instituições do terceiro setor na sociedade. Todas as entrevistadas responderam que veem o terceiro setor assumindo o papel do Estado, e as duas primeiras colocam que há uma constante burocracia para o seu funcionamento. A entrevistada E1 percebe uma valorização do terceiro setor, já que é reconhecido e mantido pelo poder público, enfatiza que vê o terceiro setor assumindo serviços que são de responsabilidade do Estado, bem como a obrigação de cumprir as exigências para o seu funcionamento.

Nesse sentido o Estado ao se omitir de sua responsabilidade com a questão social transferindo-a para o terceiro setor, não se trata de razões meramente econômicas, nem questão da ideia de que o terceiro setor supostamente seria mais eficiente. Trata-se especificamente de uma questão política-ideológica que busca diminuir a dimensão de direito universal em relação as políticas sociais, criar uma ideia de culpa na população por sua condição de pobreza e despertar na sociedade a responsabilidade de ajuda aos necessitados. Desta forma, cria-se uma imagem de transferência de responsabilidades e, a partir disso, aumenta a precarização e a focalização das políticas sociais (MONTAÑO, 2002).

A entrevistada E2 faz uma crítica sobre a tamanha burocratização no financiamento das instituições do terceiro setor, o que remonta uma visão da falta de credibilidade em relação ao repasse financeiro, já que muitos foram os escândalos decorrentes de corrupção relacionados ao terceiro setor. Esses escândalos eram frequentes principalmente quando as aprovações de projetos se davam em âmbito do Conselho Nacional de Assistência Social, no entanto com a descentralização da política, essa fiscalização se tornou mais rigorosa, exigindo cada vez mais comprovações dos gastos públicos, tornando esse processo mais transparente. Tal questão pode ser verificada nas falas a seguir:

Vejo que hoje ele tem uma certa valorização, ele vem para tentar suprir as necessidades das comunidades e de grupos específicos, dependendo de sua atuação. Mas ele foi sempre tentando fazer uma coisa que deveria ter um volume bem maior de recursos, é claro que antes era um trabalho onde se pedia aqui e ali e as pessoas colocavam de seu bolso para o funcionamento. Hoje já existem recursos das parcerias com prefeituras, com organizações internacionais, mas tem que ter uma série de documentações para deixar bem estruturado, mas é bem difícil e o caminho é longo, são processos longos e que dependem de verbas. O terceiro setor era para auxiliar e hoje ele se tornou o primeiro setor dentro da comunidade, ele está dando conta de uma demanda que o Estado não dá, o município espreme o terceiro setor, ele vive argolado, principalmente pela crise que a gente passa, a verba encurta porem ele tem que está dentro da lei, e tem que dá conta até porque é a única política pública que está funcionando naquele local. Todos deveriam

passar pelo CRAS e serem encaminhados mas hoje eles passam por aqui e encaminhamos para lá e volta para cá, e o terceiro setor resolve o que não era para ser dessa forma. (E1)

Fazem o papel que era do governo, seria muita muito bom se o governo pudesse assumir. Vejo que muitas vezes esse reconhecimento não é dado pelo desdenho que são tratadas as instituições do terceiro setor, parece que a gente está sempre provando que é honesto, é muita burocracia, fazem de tudo para dificultar, na prestação de contas, há um gasto enorme de papel. Mas em contrapartida a nossa casa só de mantem por causa dos convênios, a maior parte do dinheiro vem de lá. A articulação com a rede é bem difícil. (E2)

Uma grande discussão é que o terceiro setor não deveria existir e que o terceiro setor faz o papel do Estado. Mas hoje a gente entende que se o terceiro setor não existisse o Estado não teria condições de atender todas as demandas e mais da metade da população iria ficar sem esse serviço, é meio contraditório, pois ao mesmo tempo que estamos lutando por mais direitos, também estamos assumimos o papel do estado. Acho que o terceiro setor é de extrema importância pois consegue atender aquilo que as famílias precisam, e se não existisse seria muito pior. (E3)

Quanto a questão religiosa, as duas primeiras instituições colocaram sua posição no final da entrevista, o que se pode perceber divergências de uma para a outra. A entrevistada E1 acredita que a questão religiosa está cada vez mais fraca dentro destas instituições devido as exigências na legislação da política, a entrevistada coloca que a questão religiosa era muito mais forte anos atrás e que atualmente, na sua leitura, há uma grande mudança. Ressalta que não foi fácil dialogar com os dirigentes por serem pessoas mais velhas e praticantes da religião, mas que com o tempo essa questão foi se desvinculando das bases educacionais na instituição. Quando a entrevistada fala que é preciso respeitar os valores institucionais como a fé e a caridade, quer dizer respeita-los mas não executar de fato de forma irrestrita e impositiva.

Acho que essa questão religiosa se que quebrou muito [...] existe certa obrigatoriedade de a gente se enquadrar na política [...] essa instituição teve que mudar toda aquela concepção do início lá em 1958, para ir se adaptando. Quando cheguei nesta unidade, havia a casa espírita dentro da instituição e a partir de 2008 com na nova direção começaram a tirar as casas espíritas, pois não se pode vincular uma coisa com a outra, antes as crianças eram chamadas para tomar passe e eu disse: não façam isso sem pedir autorização para os pais, pois a família pode ser de outra religião e se sentir ofendida e até colocar um processo, e a gente teve, teve um processo trabalhista onde uma funcionária foi depor a favor da outra e contou ao juiz que os filhos dela foram obrigados a tomar passe sem que ela autorizasse [...] Noto que para os dirigentes, pessoas mais velhas e militantes da religião, essa questão era bem forte, então para tirar esse vínculo religioso foi bem difícil, o diálogo foi muito difícil, fui chamada até de ateia, mas a questão era que tinha que separar. A gente respeita a história da instituição, tem como base a fé, a caridade e tudo que é colocado, mas aqui a gente vai praticar essa questão falando de valores e sentimentos, pois são inerentes de todas as religiões. (E1)

A entrevistada E2 transpassa em sua fala o modo que a instituição repassa a questão religiosa às crianças, pautando-se na fé e direcionando sua ação social para o que a religião almeja, que é a devoção a Deus e a esperança de um mundo melhor através dessa crença.

Quanto a religião acho que falta um pouco de espiritualidade nas crianças, ficou tão condicionado de que religião é uma coisa errada, e que na educação temos que ser totalmente laicos, mas acho que essa espiritualidade torna as pessoas melhores e claro, não precisa ser a católica, que é a que eu acredito, mas acho que é importante as pessoas acreditarem em Deus, que Deus é amor, e todas as religiões pregam isso. Só assim a gente vai ter um mundo melhor, falta isso na sociedade. (E2)

Entre as três entidades analisadas pode-se perceber que na primeira instituição houve um maior rompimento em relação a religião na execução da política, a segunda deixou claro que mantém seus fundamentos nas diretrizes da Igreja e a terceira percebeu uma mudança recentemente. Percebe-se que a gestão influencia diretamente na organização político-social das instituições, uma vez que as mesmas mencionaram os avanços e retrocessos no decorrer desse processo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que houve um avanço na assistência social como ato de caridade pelas Igrejas e de forma paternalista pelo Estado, que agora passa a ser respeitada enquanto política pública. As legislações como a LOAS e o SUAS contribuíram significativamente para este avanço. Hoje percebemos uma expansão dos serviços governamentais na área da assistência social, como os programas de transferência de renda, programas na área de habitação e os serviços especializados que atuam diretamente com a população.

Por outro lado, a expansão do neoliberalismo e a publicitação da área social para o terceiro setor garantiu uma refilantropização da assistência social, pois demandou a sociedade civil executar serviços de assistência social em diferentes espaços, trazendo novamente para a assistência social a ideia de caridade. Ao mesmo tempo que o terceiro setor contribui para uma atualização dessa visão, ele também serve como um mecanismo importante na área social já que o Estado não oferece todos os serviços de forma ampliada como prevê a legislação.

A religião constitui-se, em grande medida, em uma forma de alienação da realidade, uma busca por algo além do possível e do visível, mas que quando não imposta de forma coerciva pode amenizar o sofrimento das pessoas em decorrência da fé, trata-se de uma estratégia de encarar a realidade se apegando em algo além do real. Dentro da questão religiosa, temos a caridade que se feita em forma de gestos isolados, sem as trocas de favores e/ou imposições religiosas, é válida, principalmente num país onde há uma enorme desigualdade social. O ato de caridade como escolha individual não deve ser questionado, porém é preciso esclarecer que a política de assistência social é um direito constitucional, de caráter universal que jamais deve ser visto como um ato de caridade.

A assistência social quando executada pelo terceiro setor financiada com recursos públicos e inserida no contexto da política pública de assistência social, deve estar totalmente desvinculada da religião na sua operacionalização junto aos usuários, pois não se pode confundir política social com caridade. E apesar de essas instituições preverem em suas fundações o princípio da caridade, na execução do serviço devem se manter afastadas desse princípio, principalmente por estarem oferecendo um serviço público, mantido pelo governo e previsto em legislações que tem como pano de fundo o plano político-ideológico o Estado laico.

Percebe-se com a análise das entrevistas que essa vinculação religiosa e caritativa está mudando aos poucos, devido às legislações que estão vinculadas mais fortemente a política de assistência social e que cobram uma maior laicidade na oferta desses serviços por esses setores. No entanto, estes princípios ainda existem em algumas entidades, em algumas com mais força e em outras com menos.

O objetivo da política é romper de fato com esse assistencialismo que através de suas bases, não diferencia assistência social como política de direito, de ações voluntárias. Percebe-se que está acontecendo uma certa mudança, porém “podemos afirmar que a filantropia está enraizada em nossa história trazendo em seu bojo o trabalho voluntário” (YAZBEK, 2005, p.13).

A história deixou suas heranças, mas na medida em que a política social vai se desenvolvendo, tanto em sua prática, quanto na legislação, essa corrente vai diminuindo, porém há muito o que se fazer para que a assistência social se efetive na prática como prevê a legislação. O momento político que estamos vivendo não favorece esse crescimento, principalmente devido a expansão das vertentes religiosas e sua participação na política. Vivemos em um Estado aparentemente laico, mas com suas contradições, o prefácio da própria Constituição Federal de 1988 já se contradiz ao referenciar Deus, o que de certa forma, enfraquece o princípio de laicidade.

Acredita-se que a luta pela efetivação dos direitos deve continuar, e a política de assistência social deve permanecer em constante construção. As legislações devem agir com mais exatidão no acompanhamento da oferta da política pública e exigir cada vez mais sua desvinculação com a religião e a caridade.

Espera-se que o presente trabalho contribua para o entendimento de que a identificação do viés religioso e da caridade nas políticas de assistência social ainda se mantém enraizado, no entanto, com alguns avanços. Hoje, é possível enxergar a assistência social como política pública de direito e não mais como ato de caridade e benemerência, este princípio deve estar em constante discussão e desenvolvimento.



## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 213p.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

\_\_\_\_\_, (2004). **Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS)** - Brasília, secretaria Nacional de Assistência Social.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 236p.

**Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Jun, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>>. Acesso em: 09 jul. 2016.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma questão possível?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 198p.

DIADEMA. PRESIDENTE DA REPUBLICA. **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, DE 12 DE MAIO DE 2016**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv726.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv726.htm)>. Acesso em: 22 jun. 2016.

FALCÃO, M. do Carmo B. C. As primeiras-damas ressurgem na era Collor. **Revista Serviço Social & Sociedade** n.33.São Paulo: Cortez, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 1996. 158p.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6ª Ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

**GLOBO. Agências do INSS atenderão Bolsa Família ainda este ano**. Rio de Janeiro: Maio, 2016. Disponível em:<<http://extra.globo.com/noticias/economia/agencias-do-inss-atenderao-bolsa-familia-ainda-este-ano-19363851.html>>. Acesso em: 22 jun. 2016

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 380p.

MAIA, Eduardo Lopes Cabral. **A Política evangélica: análise do comportamento da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Federal (2007-2010)**. Florianópolis, UFSC, 2012. (Tese Doutorado)

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço social: identidade e alienação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 165p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, [1994]. 80p (Temas sociais; v.1)

MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: **crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002. 288p.

MOTA, Ana Elizabete. **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2010. 255 p.

OLIVEIRA, Heloisa Maria Jose de. **Assistência social: do discurso do estado a pratica do serviço social**. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996. 212p.

**REVISTA VEJA. Marcela Temer: Bela, Recatada E “Do Lar”**. Rio de Janeiro: Abril, 2016. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

SALDANHA, Alan Martins. **A história do espiritismo: do assistencialismo à reconceitualização**. Monografia. Curitiba: Faculdade Doutor Leocádio José Correia, 2008.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Previdência social: um direito conquistado: resgate histórico, quadro atual e propostas de mudanças**. 2. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo; [s.n.], 1997. 391p.

SILVA, Maria Ozarina da Silva e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p.1429-1439. 2007

\_\_\_\_\_. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálisis**, v.13, n.2, p.155-163, jul. 2010.

SPOSATI, Aldaíza et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 9º. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 112p.

\_\_\_\_\_. Cidadania e comunidade solidária. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 48. São Paulo: Cortez, 1995.

TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002. 206p.

VICENTE, V. A. **Política social, instrumento de dominação**. Florianópolis, UFSC, 1983. (Tese de Mestrado)

YASBEK, Maria Carmelita. Estado e Políticas Sociais. **Revista Praia Vermelha**. 18. ed. UFRJ. Rio de Janeiro, segundo semestre 2005.

\_\_\_\_\_. **Classes subalternas e assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996. 184p.

## APÊNDICES

### TERMO DE CONSENTIMENTO

Prezado(a) participante:

Sou Jéssica Maiara Lopes, estudante de graduação do curso de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão da professora Mariana Pfeifer, cujo objetivo é analisar *o viés religiosos nas instituições de assistência social do terceiro setor*.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de 20 minutos.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador no fone (48) 8411-4527.

Atenciosamente

---

JÉSSICA MAIARA LOPES  
Matrícula: 12102105

---

Local e data

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

---

Nome e assinatura do participante

---

Local e data

## PERGUNTAS

- 1- Qual sua função exercida nesta instituição?
- 2- Sua formação?
- 3- Há quanto tempo trabalha nesta instituição?
- 4- Qual sua religião?
- 5- É a mesma religião da instituição?
- 6- A religião da maioria dos usuários/familiares é a mesma da instituição?
- 7- A religião faz parte do dia-a-dia dos usuários na instituição? E como?
- 8- Há rituais religiosos seguidos pela rotina de trabalho com os usuários?
- 9- Há alguma vinculação a isto no ato de contrato de funcionários?
- 10-Quais as fontes de financiamento que mantêm a instituição?
- 11-Como você vê a política de assistência social?
- 12- E para você qual o papel das instituições do terceiro setor na sociedade?